

BIOGRAFIAS: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Wilton Carlos Lima da Silva*

RESUMO: A partir de questões sobre construção social da memória, apresentadas por Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak, buscamos oferecer alguns subsídios para a percepção do biografismo, as práticas narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual, como forma de apreensão do passado.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia; memória; Maurice Halbwachs; Pierre Nora; Michael Pollak.

ABSTRACT: From questions about the social construction of memory, presented by Maurice Halbwachs, Pierre Nora and Michael Pollak, we offer some subsidies to the perception of “biographism”, narrative practices involving the selection, description and analysis of an individual trajectory, in order to apprehension of the past.

KEYWORDS: Biography; memory; Maurice Halbwachs; Pierre Nora; Michael Pollak.

Nunca conheci quem tivesse levado porrada. Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.
(Álvaro de Campos, Poema em linha reta.)

Álvaro de Campos nasceu, ao final do século XIX, em pequena cidade portuguesa, onde recebeu uma educação vulgar de Liceu, mas que lhe permitiu estudar engenharia mecânica e naval na Escócia. Tornou-se um homem alto e magro, desses que parecem ligeiramente curvados, com a pele entre o branco e o moreno, de cabelos lisos e óculos. Nunca exerceu a profissão de engenheiro, por não suportar viver confinado em escritórios. Viajou ao Oriente, conhecendo a Índia e a China, que declarou não valerem muito a pena serem vistas. Tinha um temperamento triste e foi uma personalidade do não (VASCONCELOS, 1953).

* Professor Assistente Doutor da UNESP, Campus de Assis. E-mail: wilton@assis.unesp.br.

Fernando Pessoa fez pequenas biografias imaginárias para seus heterônimos, e descreveu dessa forma aquele que a crítica literária aproxima com maior facilidade do criador, ressaltando a proximidade de temas entre a obra assinada pelo primeiro e a última fase do segundo – onde ambos parecem compartilhar o “supremíssimo cansaço, íssimo, íssimo, íssimo, / cansaço” em meio a palavras de solidão, descrença, nostalgia, estranheza e perplexidade¹ (PAIS, 1984; QUADROS, 1999).

Um outro heterônimo, Alberto Caeiro, disse em seus versos: “Se, depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia, Não há nada mais simples. Tem só duas datas - a da minha nascença e a da minha morte. Entre uma e outra cousa todos os dias são meus”².

Versos que falam sobre a impossibilidade de se narrar uma vida, e que parecem condenar a ambição biográfica como o pecado de alguém desejar se apropriar daquilo que não lhe pertence não impediram Fernando Pessoa (em carta a Adolfo Casais Monteiro) informar que Caeiro teria nascido “em Lisboa, mas viveu quase toda a sua vida no campo. Não teve profissão nem educação quase alguma... Era louro sem cor, olhos azuis; morreram-lhe cedo o pai e a mãe, e deixou-se ficar em casa, vivendo de uns pequenos rendimentos. Vivia com uma tia velha, tia-avó. Morreu de tuberculose em 1915”.

A preocupação de Fernando Pessoa em dotar seus heterônimos de uma historicidade pode tanto estar relacionado a necessidade delimitar enfaticamente as particularidades de estilo de cada um, se tornando mais uma forma de diferenciação através de uma “vida imaginada”, quanto pela percepção do autor de que aquilo que ele mesmo chamou de “drama em gente” era necessário para a construção de identidades e alteridades em sua própria poesia.

Mais discutida do que as origens da heteronomia no poeta português é a temática do biografismo, um gênero literário e historiográfico no qual o hibridismo origina paixões, censuras e tensões.

Entendo como “biografismo” as práticas narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação através do ro-

¹ O “Poema em Linha Reta” tem um narrador que se mostra tanto reflexivo quanto irônico e crítico a respeito de si e do mundo, apontando para a necessidade social da manutenção da auto-imagem e de proteção da intimidade e desencantando-se com o cinismo social.

² CAEIRO, Alberto. Poemas inconjuntos. In: *Revista Atena*, n. 5, fev. 1925. Os versos teriam sido escritos entre 1913-1915, em uma Europa de tempos sombrios.

mance histórico, das memórias pessoais (autobiografias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas³.

A construção de uma biografia exige o diálogo com as diferentes formas de controle simbólico do tempo e da individualização nas sociedades humanas, na busca de traduzir uma experiência de duração e estruturas imaginativas que relacionam uma vida e suas relações com a cultura na qual se insere uma “vida póstuma” na qual mortos e vivos dialogam a partir das heranças dos primeiros e das carências dos segundos.

A existência de uma biografia é sintoma dessa curiosidade na qual diferentes espectadores e narradores se envolvem em concessões ao voyeurismo.

Em meio às discussões teóricas sobre a legitimidade dos métodos e das ambições das biografias enquanto manifestação da cultura tal fato tem sido pouco estudado no meio acadêmico, ou seja, a crescente demanda sócio-cultural pelas publicações de natureza biográfica, no qual intelectuais, políticos, aventureiros, cientistas, poetas, escritores e artistas passam a ser alvo da curiosidade pública sobre esses indivíduos ou sua época na esperança de encontrar no outro um reflexo de si mesmo não tem sido encarada como objeto⁴.

A produção bibliográfica do biografismo brasileiro tradicionalmente vincula-se a uma humanização da história e a criação de uma pedagogia moral e cívica, com um volume relativamente tímido – quando comparado com outros biografismos nacionais – de obras que a partir de metodologias e enfoques semelhantes na produção historiográfica, no romance histórico, nas memórias pessoais, na literatura escolar e nas biografias no sentido estreito do termo.

³ BOAS (2006, p. 21) cita a forma de classificação das biografias de Luis Viana Filho – as dividindo entre “simples relação cronológica de fatos relativos à alguém”, “trabalhos no quais, ao par duma (sic) vida, se estuda determinada época”, “trabalhos nos quais à descrição duma (sic) existência se conjugam apreciações críticas sobre a obra do biografado”; e “trabalhos em que a narração da vida constitui o objetivo primacial” – e a convenções e pressupostos “ocidentais” do gênero para Norman Denzin – “1) textos biográficos devem ser escritos tendo-se ‘outros’ textos biográficos em mente; 2) dar importância às influências de gênero e classe; 3) estabelecer origens familiares como ‘o ponto zero’ da história da pessoa em foco; 4) o autor deve interpretar a história da pessoa; 5) demarcar momentos da vida em questão a fim de atingirem uma ‘coerência’; e 6) pessoas são reais e possuem vidas reais que podem ser ‘mapeadas e significadas’.”

⁴ Uma revista semanal, em 1995, já apontava o crescimento desse segmento no mercado editorial, que só perdia para as publicações de “auto-ajuda” – tanto que entre julho de 1994 e julho de 1995 haviam sido lançados 181 biografias, o que significa uma a cada dois dias, e quatro a cada semana. (VEJA, 26/07/1995)

Mas a reconstrução de uma trajetória individual (quer de outro ou própria) significa também a percepção de uma rede de relações a partir da idéia de individualidade, com diferentes temporalidades (o ontem e o hoje), vínculos e pertencimentos que dizem respeito tanto sobre quem se escreve, quem escreve e para quem se escreve.

Uma referência negativa recorrente ao biografismo se relaciona com sua imediata vinculação à narrativa apologética de homens da elite econômica, política ou religiosa, que são retratados como extraordinários. Embora esse tipo de enfoque seja o mais tradicional, por si só se mostra o mais empobrecido dos enfoques possíveis, e resultado de um reducionismo a muito superado.

Em um texto adorável, em formato de carta, o cronista Paulo Mendes Campos endereça, a partir de comentários sobre o livro *Alice no País das Maravilhas*, conselhos para uma menina que completa quinze anos, Maria da Graça, e em determinado momento comenta:

Disse o ratinho: “A minha história é longa e triste!” Ouvirás isso milhares de vezes. Como ouvirás a terrível variante: “Minha vida daria um romance”. Ora, como todas as vidas vividas até o fim são longas e tristes, e como todas as vidas dariam romances, pois o romance só é o jeito de contar uma vida, fuge, polida mas energeticamente, dos homens e das mulheres que suspiram e dizem: “Minha vida daria um romance!” Sobretudo dos homens. Uns chatos irremediáveis, Maria. (CAMPOS, 1979, p. 75).

Concordamos com o cronista em que “todas as vidas vividas até o fim são longas e tristes, e como todas as vidas dariam romances”, assim como poderiam originar uma biografia, e a historiografia recente tem demonstrado como indivíduos comuns podem ser dotados de uma significativa densidade narrativa sobre suas épocas, ou ainda, como indivíduos notáveis não são sólidos monolitos de virtudes, mas seres humanos dotados de complexas dimensões e relações que estão ligadas aos contextos em que viveram e nos quais suas memórias foram construídas e reconstruídas.

Particularmente nos interessa a forma como a memória, quer como notoriedade quer como esquecimento, é construída ao longo do tempo e no interior de diferentes grupos, assim, por exemplo, é inevitável perceber que muitos livros ou autores que gozam de igual prestígio em um mesmo período podem ter destino distinto ao longo do tempo, quando uns conseguem manter vivo o interesse que despertam e levar à busca do

aprofundamento e da renovação do conhecimento sobre estes, outros se desgastam e são redimensionados de forma negativa e abandonados ao esquecimento ou a indiferença.

Construção, afirmação e desaparecimento de uma obra se relacionam com um tempo de apropriação, de definição de um cânone literário, no qual o tempo da memória, diferenciado do tempo cronológico, se relaciona com uma dinâmica dual de aproximação e afastamento - o autor e o texto são sacralizados, tornam-se referências obrigatórias, modelos e exemplos, mas passam a serem mais reverenciados do que lidos, mais imaginados do que conhecidos, domínio de uma monumentalidade que os afasta da realidade mundana e os transformam em produtos da imaginação criadora.

O mesmo ocorre com personagens que a história oficial acolhe como símbolos cívicos, em um processo de afirmação de valores e referências no qual as grandes datas e os grandes feitos se ligam aos homens extraordinários que permite ao passado legitimar o presente, em um processo de construção da memória que na maioria das vezes se distancia da “vigilância crítica e fidelidade ao passado”.

Quando Levi-Strauss lança algumas questões sobre a forma como mito e história se relacionam nas sociedades indígenas do Canadá, discutindo a organização interna da narrativa mítica, sua representatividade dentro de uma cultura com identidades diversas (famílias, clãs e tribos) ou a relação entre narrador, verdade e subjetivação, está oferecendo elementos para pensarmos nosso próprios mitos e a forma como nos apropriamos da memória – não é simples coincidência que, segundo o autor, os índios utilizam-se de uma reafirmação de seus mitos como forma de atingir determinados objetivos como a de que “sua língua e a sua mitologia sejam ensinadas na escola elementar” e “utilizar as tradições lendárias para fundamentar reivindicações” territoriais, políticas e outras, enquanto a memória histórica, apropriada diferentemente por diversos grupos, também pode responder por objetivos semelhantes ou correlatos (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 51-54).

É necessário em relação aos povos indígenas, ainda segundo Levi-Strauss, entender seus mitos como parte da construção do passado que esses grupos consciente e inconscientemente fazem e que uma “arqueologia de salvamento”, ou seja, a busca de indícios materiais e o estabelecimento de correspondências entre os diferentes relatos possibilitaria não só a com-

prensão de cada grupo em si mas também o aprimoramento do saber historiográfico⁵.

Não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a História substitui a Mitologia e desempenha a mesma função, já que para as sociedades sem escrita e sem arquivos a Mitologia tem por finalidade assegurar, com um alto grau de certeza – a certeza completa é obviamente impossível –, que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado. Contudo, para nós, o futuro deveria ser sempre diferente, e cada vez mais diferente do presente, dependendo (de) algumas diferenças, é claro, das nossas preferências de caráter político. (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 64).

A memória talvez possa ser uma forma de manutenção de mitos, mas que desenvolvem uma característica dinâmica, de manutenção e transformação que permite a presença do passado a partir do presente, que seleciona e representa em termos individuais e coletivos e experiência vivida e seu significado em processos de construção de identidades e alteridades, do contraste do eu e do outro, de nós e eles⁶.

Maurice Halbwachs, sociólogo que pretendeu formar uma “sociologia da memória coletiva” identifica essa dimensão da vida social como uma “mitologia dinâmica” que para além do indivíduo formaria uma estrutura social moldada pelas relações de força entre diferentes grupos sociais que determinam o que não deve ser esquecido⁷.

⁵ O conceito de “mito político”, que tem um papel secundário no presente trabalho, em em duas palavras as grandes questões “metafísicas” do nascimento, sexualidade e morte, do ritual, do local e da origem, com as questões “pragmáticas” do poder e da dominação. Nessa convergência ocorre um processo de naturalização, que nega a sua historicidade e sua temporalidade, através do que eventos ou personagens se tornam sempre presentes ou repetitivos a partir de uma universalização de referências na estrutura social. Barthes (1989) discute a forma de mascaramento que se estabelece com o mito na sociedade contemporânea, como na publicidade ou na política, a partir de um processo de desfiguração (mais próximo da deformação do que do ocultamento), pois aquilo que é símbolo é apresentado como fato e ostensivamente reafirmado a um conjunto de receptores do discurso. Esse processo de desfiguração permite ainda o que Eliade (1986, p. 52) caracterizou como a “mobilidade da origem”, ou seja, aquilo que o símbolo representa não está somente no passado supostamente vivido, mas no futuro desejado. Para uma visão panorâmica sobre o mito político recomendamos a leitura de Miguel (1998).

⁶ Existe uma produção teórica não só extensa, mas também diversa e profunda sobre a memória, com perspectivas que delimitam especificidades e generalidades que atravessam os campos da história, das ciências sociais, da filosofia, da psicologia, das neurociências, entre outros. Parece proveitoso identificar algumas categorias e conceitos utilizados nas reflexões sobre a memória, e apontar seus limites e possibilidades quando relacionadas com a construção biográfica, particularmente no trabalho do sociólogo Maurice Halbwachs, do historiador Pierre Nora e do sociólogo Michel Pollak.

⁷ Diz Halbwachs (2004, p. 75-76): “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.”

O esquema explicativo de Halbwachs (1990) apresenta a forma como o indivíduo se apropria da memória coletiva, ao se identificar com os acontecimentos públicos que são representativos para seu grupo, embora o sociólogo francês mantenha-se tributário do contraste entre a reconstrução social da memória, que por estar emaranhada às vivências seria subjetiva, e a memória histórica, que por ser escrita e incorporada ao cânone, detinha o status de objetiva.

Halbwachs (1990, p. 80-81) separa claramente história e memória ao atribuir à segunda uma dimensão de vivência (física ou afetiva) e identidade de um grupo, enquanto à primeira, escrita e impessoal, seria a expressão de um esforço exterior:

[...] é fixá-las por inscrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados?

A influência do pensamento de Durkheim, a partir dos conceitos de consciência coletiva e de solidariedade grupal, permitiram a Halbwachs propor modelos explicativos da forma como diferentes grupos se sucedem na manutenção da memória e da história:

[...] do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem. A história divide a seqüência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos. Porém, enquanto que numa peça, de um ato para outro, a mesma ação prossegue com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace de acordo com seus papéis, e cujos sentimentos e paixões progridem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições também e perspectivas para o futuro, e que se, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos

lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades, subsistem. (HALBWACHS, 1990, p. 81).

Na perspectiva de Halbwachs, se há uma diferença clara entre memória e história devido ao fato de que no processo de apreensão da segunda ocorre uma descontinuidade entre o seu público e os diversos grupos, testemunhas ou atores nela abordados.

Ela (história) obedece, assim fazendo, somente a uma necessidade didática de esquematização. Parece que ela considera cada período como um todo, independente em grande parte daquele que o precede e daquele que o segue, porque ela tem uma tarefa, boa, má ou indiferente, a cumprir. Enquanto essa obra não estiver acabada, enquanto tais situações nacionais, políticas, religiosas não tenham desenvolvido todas as conseqüências que comportavam não levando em conta as diferenças de idade, tanto jovens como os velhos se limitariam ao mesmo horizonte. Uma vez concluída, e que novas tarefas se ofereçam ou se imponham, a partir deste momento as gerações que vêm se encontram numa outra vertente diferente das precedentes. (HALBWACHS, 1990, p. 82-83).

Burke (2000) aponta, embora de forma verdadeira mas não original, para a ruptura da visão historiográfica tradicional sobre as relações entre história e memória, na qual o historiador era guardião de uma memória pública de grandes fatos e homens notáveis, e que dá lugar à uma nova perspectiva, não só fragmentária em diversas identidades e narrativas, mas também condicionadas socialmente pela seleção consciente e/ou inconsciente e pelos desafios da interpretação.

Para Burke (2000) o avanço historiográfico em relação às idéias de Maurice Halbwachs, no qual mantém-se a perspectiva da construção coletiva, mas incorpora-se a diversidade, a fragmentação, a multiplicidade de discursos e atores sociais, o que possibilita pensar em uma “história social da memória” que dê conta dos processos conscientes e inconscientes dos testemunhos e tradições assim como também dos registros históricos – de modo que uma perspectiva histórica da memória deve considerar sua dimensão como fonte histórica e como fenômeno histórico assim como os princípios de lembrança e esquecimento entre diferentes grupos e tempos.

Se nos parece inquestionável a influência da sociologia durkheiminiana no modelo explicativo de Halbwachs, no qual a memória individual é derivada de uma memória coletiva, a partir do pertencimento grupal do indivíduo e da existência dos mecanismos de coesão social, isso não descarta a existência de conflitos, influências e negociações⁸ através das quais o passa-

do é transformado em “uma imagem engajada em outras imagens”. (HALBWACHS, 1990, p. 75-78).

Torna-se enriquecedor a diferenciação entre memória, passado e história⁹, em uma distinção que será posteriormente retomada por Nora (1993):

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. (HALBWACHS, 1990, p. 67).

Ou ainda:

[...] porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. (HALBWACHS, 1990, p. 80).

É nas bordas de fronteiras entre história, memória e tradição que se percebem aproximações e afastamentos entre as leituras de Halbwachs (1990) e Nora (1993).

De certa forma Nora (1993) se aproxima da afirmação de Halbwachs (1990) de que “a história começa somente do ponto onde acaba a tradição”, como se a história surgisse da deteriorização da memória social, e de certa forma radicaliza essa idéia ao identificar os “lugares da memória”.

No entanto, se Halbwachs (1990) entende que a memória é incorporada pela história de acordo com que os grupos que a sustentam desaparecem, Nora (1993) identifica no processo de incorporação pela história a causa da diluição da memória.

⁸ A dinâmica social da memória é percebida como fragmentária, múltipla, provisória, movente, pois é criada pelas relações entre diferentes grupos e “há tantos grupos quantas são as origens dos diferentes tempos. Não há nenhum deles que se imponha a todos os grupos.” (HALBWACHS, 1990, p. 113)

⁹ Em relação à distinção entre a memória autobiográfica e a memória histórica, Halbwachs (1990, p. 55) as diferencia, atribuindo à primeira uma relação de apoio com a segunda, pois toda história de vida faz parte da história em geral, mas adverte que se a segunda é mais ampla também é resumida e esquemática, enquanto que a primeira nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso.

Nora (1993) estabelece um diálogo inevitável com Halbwachs (1990) ao discutir a forma como a memória é uma experiência de apropriação do vivido por diferentes grupos, sendo portanto afetiva, atual e criativa, em contraste com uma história que se corporifica no registro contido nas exigências de distanciamento e crítica, de forma racional, nostálgica e limitada.

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desaccelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 09).

Nora (1993, p. 7) aponta para a força com que o presente busca guardar traços e vestígios como forma de minimizar sua voracidade diluidora, diminuindo a distância entre a memória coletiva e a história em uma sociedade condenada ao esquecimento pela forma vertiginosa com que se transforma e pela insistência em registrar, arquivar e sintetizar a experiência passada, de modo tal que aquilo que é lembrado é apenas vestígio de algo “preservado” justamente porque deixou de existir.

Nora (1993, p. 8) contrapõe a manutenção de dinâmicas da memória que se mostram integradas e inconsciente de si mesmas, capazes de organizar espontaneamente o presente, e outras, nas quais o passado se dilui como herança e no antigamente dos ancestrais e no tempos indiferenciado dos heróis, das origens e do mito, sendo que em ambas a “história” se converteu somente “vestígio” ou “trilha”.

Tal qual o sentido atribuído por Jorge Luis Borges à frase latina “magister dixit” que expressava não a rigidez da palavra escrita, mas a flexibilidade da palavra falada¹⁰, Nora (1993) positiva a relação direta entre experiência social e memória, que evolui na “dialética da lembrança e do esquecimen-

to”, na qual ocorrem deformações inconscientes e sucessivas, usos e manipulações, longas latências e revitalizações repentinas.

Justamente a partir desse movimento dialético que se torna socialmente necessário a construção coletiva e social dos “lugares de memória” que se convertem na manifestação material e simbólica de referências e identidades, nas quais se criam tensões entre tradição e experiência.

A guarda e preservação da tradição se relaciona com duas dinâmicas diferentes, a experiência e intimidade da memória e a reflexão que busca criar uma reconstituição a partir da produção historiográfica, que convergem em direção de uma herança consolidada, na qual

[...] os lugares de memória (museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações) nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. (NORA, 1993, p. 13).

Outra perspectiva que poderia se somar as anteriores é a idéia de “memória subterrânea” elencada por Pollak (1989 e 1992), ao tratar das formas de manutenção da memória entre grupos que de alguma forma sustentam memórias marginalizadas, não como material extinto, mas como

¹⁰ “Pitágoras não deixou uma linha escrita. Conjectura-se que não queria atar-se a um texto. Queria que o seu pensamento continuasse vivendo e se ramificando, na mente dos seus discípulos, depois de sua morte. Daí provém o *magister dixit*, que sempre é mal empregado. *Magister dixit* não quer dizer ‘o mestre disse’, e fim de discussão. Um pitagórico proclamava uma doutrina que provavelmente não estava na tradição de Pitágoras, por exemplo, a doutrina do tempo cíclico. Se alguém o atalhava ‘isso não está na tradição’, ele respondia *magister dixit*, o que lhe permitia inovar. Pitágoras pensara que os livros atam, ou, para dizê-lo nas palavras da Escritura, que a letra mata e o espírito vivifica.” (BORGES, 1999, p. 301-302).

outra dimensão, que embora oculta significa um esforço de subversão no silêncio e nas sutilezas de suas manifestações, e que pode aflorar em momentos de crise através de sobressaltos bruscos e intensos.

Embora dialogando com as idéias de Halbwachs (1990), para quem as relações entre memória e história se dariam pela incorporação da primeira pela última a partir das ameaças do esquecimento (ou porque fossem deixando de existir ou os grupos que a mantinham iriam desaparecendo), Pollak (1989) identifica a memória como campo de disputa entre uma elaboração oficial (da memória oficial ou nacional) e as chamadas “memórias subterrâneas” que sobrevivem em meio às camadas populares¹¹.

Quando Pollak (1989) identifica um processo de disputas entre a memória oficial e as memórias subterrâneas está, partindo da concepção de multiplicidade da memória de Halbwachs (1990) e superando-a ao incorporar o papel do conflito na análise do sistema social.

A memória ganha sua dimensão de campo de afirmação de identidades, no qual as dimensões subterrâneas seriam a expressão de grupos marginalizados, silenciados, minoritários, que buscariam o reconhecimento de sua existência, a afirmação de seus direitos e a apropriação de sua historicidade¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biografia como objeto de estudo permite a discussão sobre os vínculos sociais e históricos que se relacionam com a forma como o personagem teve sua obra e sua trajetória lembrada ou esquecida ao longo do tempo, sua vinculação com diferentes grupos e movimentos, a produção editorial, acadêmica e jornalística, o envolvimento de instituições, da

¹¹ Outro sociólogo francês também chamou a atenção para esse campo de luta, utilizando-se do conceito de “capital simbólico” – uma das dimensões da memória: “As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima [...], quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social.” (BOURDIEU, 1998, p. 11-12).

¹² Pollak (1989, p. 205) relaciona a construção da identidade aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e através da constante negociação direta com os outros.

promoção de diferentes eventos e de acontecimentos específicos, além de caracterizando-a como documento, mídia e manifestação política e cultural.

Diversos estudos apontaram e discutiram o biografismo, desde suas origens literárias, seus vínculos com o subconsciente, suas relações com o individualismo, os aspectos formais e literários dessa forma de narrativa, suas ligações com a indústria cultural, entre sentenças seguras sobre seus muitos vícios e poucos méritos¹³.

A biografia como objeto de análise oferece muitas questões a serem respondidas: os limites da idéia de verdade e de representação, o papel social do mito, as relações entre público e privado, as ligações entre a narrativa e sua época, entre diversas outras.

Pensar o biografismo como forma particular de memória, dialogando com as idéias de Halbwachs (1990), Nora (1993) e Pollak (1989) poderia oferecer pelo menos três questões que nos parecem dignas de reflexão.

A primeira deriva da constatação de que a existência de uma biografia supõe a ampla utilização de forças sociais pela manutenção de uma memória, ou de um certo tipo de memória, no qual um indivíduo é não somente uma unidade, mas parte de um grupo e representação de ideais e expectativas que já não são subterrâneas, mas que convivem junto a outras manifestações de superfície.

A segunda, desdobrada da constatação de que esse indivíduo, encarado como notável e por si só é visto como diferenciado dentro do grupo e da sociedade da qual faz parte, não representando, a priori, grupos marginalizados, silenciados, minoritários, também esta situado em um campo de disputa no qual memória e esquecimento também se estabelecem em relação a sua trajetória de outros de seu mesmo grupo.

De tal modo que as transformações históricas e sociais podem privilegiar diferentes notáveis em diferentes contextos, de modo que própria “memória oficial” se altera ou se mostra capaz de incorporar variantes ou

¹³ O artigo já clássico de BOURDIEU (1986) sobre as construções da narrativa biográfica e do peso da trajetória no percurso individual é lembrança obrigatória quando nos referimos aos vícios do gênero, ao falar de “ilusão biográfica” e “criação artificial de sentido”. Mas Bourdieu, original em seu argumento, não é único ou pioneiro em sua crítica – Freud, em carta-resposta a Arnold Zweig, ex-paciente, amigo e correspondente do psicanalista, que lhe pedia autorização para escrever uma biografia do pai da psicanálise recusa de forma enfática o pedido: “Aquele que empreende uma biografia está comprometido com mentiras, dissimulação, hipocrisia, disfarces, bajulação... A verdade biográfica não existe...” (Carta de Freud a Arnold Zweig, citada por Ernest Jones, biógrafo oficial do psicanalista, apud YORKE, Clifford. “Review: Anna Freud: A Biography By Elisabeth Young-Bruhl”, In: *The International Journal of Psychoanalysis*, n. 71, p. 167, 1990).

mesmo contradições.

E, finalmente, em terceiro, a percepção de que o biografismo é um objeto propício para se constatar a multiplicidade de significados e expectativas que uma mesma matéria narrativa, uma trajetória individual, pode assumir em diferentes obras/autores/épocas.

Artigo recebido em 2 de setembro de 2009.

Aprovado em 10 de outubro de 2009.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994.

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989.

BOAS, Sérgio Vilas. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: UNESP, 2008.

BORGES, Jorge Luis. A Cabala. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Globo, 1999. v. III.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Opoder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, p. 1-14, 1997.

_____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. História como memória social. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMPOS, Paulo Mendes. Para Maria da Graça. In: *Para gostar de ler, crônicas*. São Paulo: Ática, 1979. v. 4.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 2008.

CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. Biografia. In: BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

- D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 13, n. 25/26, p. 97-103, set. 1992/ago. 1993.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. A construção social da memória moderna. Três ensaios sobre pessoa e modernidade. In: *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 41, ago. 1983. (Nova Série: Antropologia).
- DOSSE, François. *El arte de la biografía*. México: Universidad Ibero Americana, 2007.
- ELIADE, Mircea. A regeneração do tempo. In: _____. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercury, 1992.
- _____. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosografia. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RJ, 10., 2002. *Anais Eletrônicos...* Disponível em: <ww.rj.anpuh.org/Anais/2002/Conferencias/Ferreira%20Tania%20M%20T%20B.doc>. Acesso em: 15 fev. 2009.
- FOURNIER, Marcel. Para reescrever a biografia de Marcel Mauss... In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 5-13, jun. 2003.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. A voga do biografismo nativo. In: *Estudos Avançados*, USP, São Paulo, 19 (55), p. 351-366, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HISGAIL, Fani (org.). *Biografia: sintoma da cultura*. São Paulo: Hacker Editores/Cespuc, 1996.
- KOFES, Suely. Itinerário, em busca de uma trajetória. In: *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- LEJEUNE, Philippe. *Opacto autobiográfico: de Rosseaus a Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEVI, Geovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- LLOSA, Mario Vargas. *A verdade das mentiras*. São Paulo: Arx, 2004.
- LORIGA, Sabina. Biographical and historical writing in the 19th and 20th Centuries. *Transitions to Modernity Colloquium*. The MacMillan Center, Yale University, 18 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.yale.edu/macmillan/transitionstomodernity/papers/SabinaLoriga.pdf>>. Acesso em; 12 maio 2009.
- MIGUEL, Luis Felipe. Em torno do conceito de mito político. *Revista DADOS*, Rio de Janeiro: IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998.

MOMIGLIANO, Arnaldo. History and biography. In: FINLEY, Moses (Org.). *The legacy of Greece*. Oxford: University of Oxford Press, 1984.

MUSIEDLAK, Didier. Biografia e história. Reflexões metodológicas. In: Revista Esboços, Florianópolis: UFSC, n. 15, p. 103-109, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PAIS, Amélia Pinto. *Para compreender Fernando Pessoa*. 1. ed. Porto: Areal Editores, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUADROS, António. *Fernando Pessoa - vida, personalidade e gênio*. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. (Col. Estudos Portugueses, n. 15).

SANTOS, Myrian. O pesadelo da amnésia coletiva. Um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 3, ano 8, out. 1993, ANPOCS 23.

SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 121-129.

_____. Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A. O. Narrar o passado, repensar a história. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2000. p. 193-202.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: _____. *História, memória, literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 59-85.

VASCONCELOS, Mario Cesariny de. *Louvor e simplificação de Álvaro de Campos*. Lisboa: Contraponto, 1953.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografias: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.